

1 **ATA Nº 190/2018.** Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e
2 dezoito, às quatorze horas, na sede do Programa Viver Ações Sociais, situada na
3 Rua Altério Ducatti, número quatrocentos, Bairro Quedas do Palmital, Chapecó,
4 reuniram-se os seguintes Conselheiros Municipais de Assistência Social para
5 reunião ordinária: Ivana Alberguini, Marlene Del Moral, Lidiane de Cól, Paula Nichele
6 Mastrogiacomio, Emanuelle Borsoi, Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski, Aline
7 Fátima do Nascimento Magno, Fernanda Bottin, Luciana Lora, Maria Inês dos Anjos,
8 Domingos Carolo, Rafael Geller, Solange Parizotto, Neusa Fátima Zuffo, Elisiani
9 Schmidt Sanches, Marilei Cebulski Rodrigues e Franciane Sassi Krol, além de Silvia
10 Farina dos Santos, do CAPP e Juliane Valentini da Secretaria Executiva.
11 Inicialmente os conselheiros realizaram uma visita à sede da entidade, a qual conta
12 com salas administrativas, de atendimento, espaço para convivência e alimentação,
13 cozinhas, sendo uma delas industrial, utilizada para os cursos de panificação e
14 confeitaria e, no piso superior, sala de informática e duas salas de atividades. Após a
15 visita, a conselheira Elisiani Sanches, que atua na entidade como assistente social,
16 falou sobre o trabalho realizado, com quinze oficinas oferecidas às crianças e
17 adolescentes, além do atendimento psicossocial e os cursos ofertados à familiares e
18 comunidade, com convênios diversos, com órgãos como o SENAI, SENAC, SEST
19 SENAT e SEBRAE, sendo que cento e vinte adultos estudam atualmente no espaço
20 da entidade, em períodos alternativos. A entidade conta com onze funcionários.
21 Segundo Elisiani, o convênio com a Prefeitura cobre um terço dos custos para
22 manter a entidade e os demais são mantidos com promoções e doações. Também
23 realizam doações de cestas de alimentos às famílias, as quais são recebidas de
24 pessoas e empresas que as doam, cujas famílias atendidas também prestam
25 serviços voluntários para auxiliar a entidade. Na sequência a Presidente Marilei
26 Cebulski Rodrigues agradeceu à conselheira Elisiani pelas informações repassadas,
27 destacando a importância do trabalho e deu início à reunião, saudando e
28 agradecendo a presença de todos. Após solicitou que Elisiani fizesse a leitura da
29 pauta, conforme segue: **1. Leitura e aprovação da Pauta.** Aprovada sem
30 alterações. Com relação as reuniões descentralizadas, foi sugerido que a próxima
31 descentralizada seja feita no CRAS Efapi, com data a ser definida. **2. Leitura e**
32 **aprovação da Ata** número cento e oitenta e nove, a qual foi aprovada e assinada
33 pelos presentes. **3. Justificativas de ausência** das conselheiras: Kátia Regina
34 Carlesso e Michele Silva. Aprovadas. **4. Comissão de normas:** A conselheira
35 Franciane fez o repasse das duas reuniões da comissão, sendo que no dia vinte e
36 sete de agosto de dois mil e dezoito, contou com a presença dos componentes da
37 comissão, da Secretária de Assistência Social, Senhora Ulda Baldissera, do Gerente
38 de assuntos indígenas, Senhor Julio Cezar Inácio e da representante da ASDI,
39 Senhora Maria Marlene Ost. A reunião foi solicitada pela Secretária Ulda para pedir
40 ao CMAS que reconsiderasse o cancelamento da inscrição da ASDI no CMAS, pois
41 alguns dias antes da reunião do CMAS, onde foi deliberado pelo cancelamento, a
42 SEASC se reuniu com a coordenação da ASDI para acordar um convênio para a
43 realização de um serviço de acolhimento em casa de passagem para a população
44 indígena. A referida Secretaria necessita implantar o serviço, conforme foi acordado
45 com o Ministério Público do Trabalho. Também a senhora Maria Marlene manifestou
46 preocupação da entidade que necessita da inscrição para manter o CEBAS e poder
47 acessar os recursos que serão disponibilizados pelo Ministério do Trabalho para a
48 reforma no espaço da ASDI para receber os indígenas. Maria Marlene destacou
49 ainda que a entidade não teve tempo hábil para definir e elaborar novo projeto ou
50 serviço para manter a inscrição no CMAS, após a negativa da última proposta, do
51 serviço de acolhimento em república, cujo pedido de inscrição foi negado pelo
52 CMAS. Destacaram ainda as condições das crianças indígenas expostas nos
53 semáforos e vias públicas. A presidente Marilei Rodrigues, que também se fez

Marilei *Ivana* *Franciane* *Paula* *Elisiani* *Juliane*

54 presente na reunião, informou o motivo do cancelamento pelo Conselho, pois a
55 entidade não está mais realizando serviços de assistência social há um ano,
56 extrapolando o tempo previsto em Resolução número dez, de treze de dezembro de
57 dois mil e dezoito, que é de seis meses. Desta forma, ficou acordado naquela
58 reunião que a entidade iria encaminhar com a maior brevidade possível o plano de
59 trabalho para ser analisado pela comissão e avaliado na próxima plenária para a
60 retomada da inscrição, desde que atenda o que prevê as normativas. A comissão de
61 normas esteve reunida novamente no dia onze de setembro, com a presença das
62 conselheiras Katia e Franciane, que realizaram a leitura do ofício recebido da ASDI
63 solicitando pedido de manutenção da inscrição, assim como realizaram a leitura do
64 projeto apresentado pela entidade. Com relação ao projeto, consideraram que não
65 seguiu roteiro do Plano de Trabalho previsto na Resolução, assim como da
66 Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais. O objetivo não contempla a
67 atividade. O atendimento depende da reforma do espaço para iniciar, porém não foi
68 apresentado o mês. A obra está prevista para finalizar dia trinta e um de janeiro de
69 dois mil e dezenove, sem prazo para inauguração. Também não foram apresentados
70 custos. Diante disso, a comissão apresentou a situação à plenária para uma
71 definição, entende que não tem como justificar a inscrição de um serviço que não
72 está em andamento ou vai ser executado daqui a quatro meses. A comissão
73 considera ainda que a inscrição poderá ser feita assim que tudo estiver alinhado
74 para dar início aos trabalhos. Com relação ao pedido da ASDI em manter a
75 inscrição, a plenária considerou que não é possível, pois não desenvolve nenhum
76 serviço socioassistencial no momento, fato que será comunicado à entidade e que
77 assim que o serviço estiver pronto para funcionar, poderá solicitar nova inscrição.
78 Também foi analisado o Plano e Relatório do Programa Viver, sendo que as
79 considerações da comissão serão encaminhadas à entidade para providências. A
80 inscrição dos serviços da APAE e do CAPP também foram novamente discutidas,
81 uma vez que ficou acordado que as inscrições serão alteradas para serviços de
82 média complexidade. **5. Análise do Plano de Trabalho de Chapecó para o Fundo
83 Estadual de Assistência Social.** A conselheira Ivana Alberguini, Diretora de
84 Proteção Social Básica da SEASC apresentou o plano de trabalho com o
85 planejamento da partilha de recursos, provenientes do Fundo Estadual de
86 Assistência Social, para o cofinanciamento dos serviços da proteção social básica,
87 no valor de R\$ 194.444,44 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e
88 quatro reais e quarenta e quatro centavos) e para o cofinanciamento dos serviços da
89 proteção social especial de média complexidade, no valor de R\$ 83.333,34 (oitenta e
90 três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), a serem
91 transferidos para o fundo municipal de assistência social, referentes ao ano de dois
92 mil e dezoito. As ações da proteção social básica contemplam os serviços de
93 proteção e atendimento integral à família – PAIF e de convivência e fortalecimento
94 de vínculos nos CRAS e Centros de convivência, sendo de cinquenta por cento para
95 custeio, investidos em material de expediente, consumo, produtos de limpeza e
96 higiene, alimentação, conservação e adaptação de imóvel público, manutenção e
97 outras; além de cinquenta por cento para investimento, compreendendo: aquisição
98 de mobiliário e utensílios, equipamentos eletrônicos e de informática e aquisição de
99 veículo para uso dos CRAS. Os recursos para a proteção social de média
100 complexidade serão aplicados nos serviços de proteção e atendimento
101 especializado a famílias e indivíduos - PAEFI, de abordagem social, de proteção
102 social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, de liberdade
103 assistida e prestação de serviços a comunidade, executados nos CREAS, sendo
104 cem por cento para investimento, na aquisição de mobiliário e utensílios e aquisição
105 de equipamentos eletrônicos e de informática. Após a apresentação, o plano foi
106 aprovado pela plenária por unanimidade. **6. Espaço CAPP.** A conselheira Solange e

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

107 a Assistente Social da entidade, Silvia falaram da necessidade de ouvir o conselho
108 a respeito da alteração da inscrição com serviços de média complexidade. O
109 conselheiro Rafael também coloca da dificuldade de pensar nos serviços
110 desenvolvidos e elaborar o plano e relatório da APAE. Desta forma, ficou acordado
111 com as entidades que as mesmas irão adequar seus planos para este ano, com o
112 apoio da comissão, se necessário, e os relatórios apenas no próximo ano. **7.**
113 **Publicação da Lei do SUAS.** A lei foi publicada, desta forma, a comissão de
114 benefícios irá reunir-se no dia três de outubro para analisá-la e elaborar propostas
115 de resoluções que regulamentem os benefícios eventuais. **8. Apresentação dos**
116 **serviços e visitação ao espaço do Programa Viver.** Realizado no início da
117 reunião. **9. Correspondências Recebidas.** Destacou-se o convite da Coordenadora
118 Rosane C. da Cunha, para atividade em comemoração aos vinte anos do Fórum
119 Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil, no dia vinte e
120 quatro de setembro de dois mil e dezoito, as oito horas na UNOCHAPECÓ. **10.**
121 **Correspondências expedidas.** Constam na pauta, sem destaque. **11. Informes**
122 **gerais:** os conselhos tem um link no site da prefeitura, com a publicação de
123 documentos do CMAS, sendo incluídas atas, pautas, diretoria, conselheiros,
124 legislação, entre outros documentos. Com relação ao preenchimento do questionário
125 do CENSO SUAS 2018 do CMAS, o prazo vai de oito de outubro a trinta de
126 novembro, por isso, será preenchido na próxima reunião. Sem mais para o
127 momento, a presidente deu por encerrada a reunião, sendo servido aos presentes
128 um coquetel preparado pelos alunos dos cursos do programa viver, sendo que esta
129 ata foi lavrada por mim Juliane Valentini, que após lida e aprovada será assinada
130 pelos presentes.

Angela de Fátima Fogo *Paula M. Motricidade* *Kibru* *Adriana Maria Zotto* *Luciane De Cid*
Suzana *Marcelo P.*



REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 19/09/2018 - Horário: 14h00min Local: Programa "Viver Ações Sociais"

NOME	T/S	SEGMENTO QUE REPRESENTA	ASSINATURA
Ivana Teresinha Alberguini	T	Gestão e Financiamento/SEASC	
Kátia Regina Carlesso	S	Gestão e Financiamento/SEASC	
Marlene Del Moral	T	Proteção Social Básica/SEASC	
Lidiane de Cól	S	Proteção Social Básica/SEASC	
Paula Nichele Mastrogiacom Hubner	T	Proteção Social Especial/SEASC	
Emanuelle Borsoi	S	Proteção Social Especial/SEASC	
Fransinês Terezinha Swib Vaz Grokoski	T	Secretaria Municipal de Saúde - SESAU	
Nalu Aparecida Oro Paludo	S	Secretaria Municipal de Saúde -SESAU	
Aline Fátima do Nascimento Magno	T	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Diretoria de Habitação	
Fernanda Bottin	S	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/ Diretoria de Habitação	
Luciana Lora	T	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	
Marijane Dal Pra Agne	S	Secretaria Municipal de Educação SEDUC	
Silvana de Lima	T	Usuário da Assistência Social CRAS CEU	
Suzana Cavalheiro da Silva	S	Usuário da Assistência Social CRAS - Efapi	
Maria Inês dos Anjos	T	Usuário da Assistência Social CRAS Bormann	
Domingos Carolo	S	Usuário da Assistência Social CRAS Líder	
Rafael Geller	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/APAE.	
Solange Parizotto	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/CAPP.	
Neusa Fátima Zuffo	T	Entidades, Organizações, Serviços, Programas/FCD.	
Elisiani Schmidt Sanches	S	Entidades, Organizações, Serviços, Programas - Programa Viver Ações Sociais.	
Marilei Cebulski Rodrigues	T	Entidades de Trabalhadores do Setor/ APAS OESTE	

